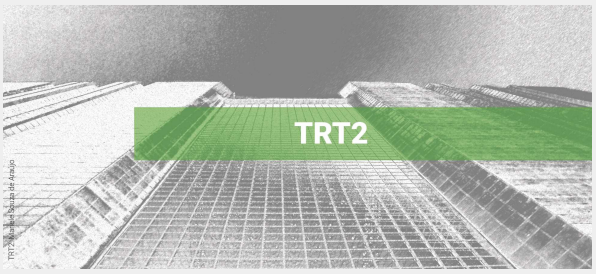
INFORMATIVO TRT2
Atos normativos

TRT-2ª REGIÃO
São Paulo

Extraordinário

Período: 20 dez. 2025 a 6 jan. 2026



Ato n. 63/GP, de 19 de dezembro de 2025
Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração do Plano de Contingência Socioambiental, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 1/VPA.CR, de 19 de dezembro de 2025
Revoga a Portaria n. 1/VPA. CR, de 18 de fevereiro de 2020, que define a Vara que especifica como piloto nas ações para a implantação da Gestão de Risco nas unidades judiciárias de 1º Grau.

Ato n. 64/GP, de 22 de dezembro de 2025
Altera o Ato n. 57/GP, de 7 de outubro de 2024, que delega competência ao Diretor-Geral da Administração para os fins que especifica.

Portaria n. 72/DGA, de 22 de dezembro de 2025
Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 1.092/DGA.SGP, de 24 de dezembro de 2025
Transforma, sem aumento de despesa, 8 (oito) Cargos em Comissão de Assessor-Chefe, CJ-03, decorrente do saldo remanescente da diferença entre valores integrais dos cargos em comissão (CJ) e dos valores da opção do servidor pela retribuição dos cargos efetivos.

Ato n. 65/GP, de 26 de dezembro de 2025
Altera o Ato n. 3/GP, de 24 de janeiro de 2023, que reformula o teletrabalho, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 73/DGA, de 29 de dezembro de 2025
Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 1/GP, de 2 de janeiro de 2026

Altera o Ato n. 22/GP, de 25 de maio de 2022, que redefine a Política de Controle de Acesso Físico aos "Datacenters" e às instalações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 1/DGA, de 2 de janeiro de 2026
Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

Advocacia-Geral da União

Portaria Normativa n. 204/AGU, de 24 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o enfrentamento à litigância abusiva no âmbito da Advocacia-Geral da União e institui o Centro de Inteligência contra a Litigância Abusiva.

Portaria n. 719/AGU, de 29 de dezembro de 2025
Altera a Orientação Normativa n. 2/AGU, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos, que trata do processo administrativo eletrônico como regra na tramitação de licitações, contratos, convênios, instrumentos congêneres e seus respectivos aditamentos.

Portaria n. 720/AGU, de 29 de dezembro de 2025
Altera a Orientação Normativa n. 29, de 15 de abril de 2010, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, que trata dos instrumentos de parcerias da Administração Pública Federal visando transferências de recursos financeiros.

Portaria n. 721/AGU, de 30 de dezembro de 2025
Cancela a Súmula n. 39/AGU, de 16 de setembro de 2008, que determina serem devidos honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal).

CNJ

Resolução n. 661/CNJ, de 15 de dezembro de 2025
Introduz o § 6º ao art. 1º- A da Resolução n. 106/CNJ, de 6 de abril de de 2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Portaria n. 472/CNJ, de 18 de dezembro de 2025
Altera a Portaria Presidência n. 421/CNJ, de 18 de novembro de 2025, que Reestrutura a Rede de Governança do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Resolução n. 664/CNJ, de 19 de dezembro de 2025

Inclui o art. 3º- A na Resolução n. 72/CNJ, de 31 de março de 2009, que dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos tribunais estaduais e federais.

Resolução n. 665/CNJ, de 19 de dezembro de 2025
Institui a Certidão Nacional Criminal (CNC) no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Resolução n. 666/CNJ, de 23 de dezembro de 2025
Altera o art. 74, § 1º, da Resolução n. 75/CNJ, de 12 de maio de 2009, para estabelecer que, nos concursos para a magistratura, o atestado médico exigido dos candidatos concorrentes às vagas reservadas a pessoas com deficiência será considerado de validade indeterminada.

Resolução n. 669/CNJ, de 23 de dezembro de 2025
Altera a Resolução n. 64/CNJ, de 16 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional.

Resolução n. 670/CNJ, de 23 de dezembro de 2025
Altera a Resolução n. 215/CNJ, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Edital de chamada pública n. 1/CNJ, de 2025
Torna público o resultado de seleção dos trabalhos aprovados para apresentação nos Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias.

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n. 138, de 19 de dezembro de 2025
Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

Conselho Federal de Contabilidade

Norma Brasileira de Contabilidade NBC n. 31, de 13 de novembro de 2025. Revisão
Aprova a Revisão NBC 31, que altera as normas de contabilidade que especifica.

Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG n. 51, de 13 de novembro de 2025. Revisão
Aprova a NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 18.

Conselho Federal de Psicologia

Resolução n. 61/CFP, de 16 de dezembro de 2025
Regulamenta o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo na realização de perícia e assistência técnica psicológica em saúde mental relacionada ao trabalho, nos âmbitos judicial e administrativo.

Conselho Federal dos Técnicos Industriais

Resolução n. 288/CFT, de 17 de dezembro de 2025
Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional do técnico industrial, os procedimentos para formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de penalidades, revoga a Resolução n. 45/CFT, de 22 de novembro de 2018, a Resolução n. 191/CFT, de 21 de junho de 2022, a Resolução n. 253/CFT, de 31 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

CSJT

Ato Conjunto n. 84/TST.CSJT.GP, de 19 de dezembro de 2025
Regulamenta os procedimentos de comunicação de incidentes de segurança com dados pessoais à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e aos titulares de dados, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ato Conjunto n. 87/TST.CSJT.GP, de 26 de dezembro de 2025
Recompõe o Comitê Nacional da Política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho (PNRSJT).

Ato n. 117/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 26 de dezembro de 2025
Altera o Ato n. 99/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 11 de novembro de 2025, que institui Grupo de Trabalho multidisciplinar e representativo para promover a realização de estudos sobre a regulamentação da equalização da assistência à saúde suplementar entre magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Ato n. 119/CSJT.GP.SG.SETIC, de 26 de dezembro de 2025
Institui o Grupo de Trabalho Nacional para Evolução Tecnológica dos Produtos Digitais Nacionais (gtnEvoTec) da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Ministério da Fazenda

Resolução n. 5.272/CMN, de 18 de dezembro de 2025
Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPSs.

Instrução Normativa n. 2.301/RFB, de 23 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial na modalidade Regularização - Rearp Regularização, de que trata a Lei n. 15.265, de 21 de novembro de 2025.

Instrução Normativa n. 2.302/RFB, de 23 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial na modalidade Atualização - Rearp Atualização, de que trata a Lei n. 15.265, de 21 de novembro de 2025.

Instrução Normativa n. 2.304/RFB, de 23 de dezembro de 2025
Altera a Instrução Normativa n. 2.172/RFB, de 9 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas.

Portaria n. 628/RFB, de 26 de dezembro de 2026 [*sic*]
Altera os Anexos I e II da Portaria n. 505/RFB, de 30 de dezembro de 2024, para atualizar os critérios para a classificação de pessoas físicas e jurídicas como maiores contribuintes no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Portaria n. 632/RFB, de 30 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o Programa Receita Social Autorregularização que visa promover a conformidade das obrigações tributárias acessórias relativas às informações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial prestadas por órgãos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

Portaria n. 3.278/MF, de 31 de dezembro de 2025
Dispõe sobre a redução dos incentivos e dos benefícios de natureza tributária concedidos no âmbito da União.

Instrução Normativa n. 2.305/RFB, de 31 de dezembro de 2025
Dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Instrução Normativa n. 532/SGP.MGI, de 18 de dezembro de 2025
Altera a Instrução Normativa n. 30/SGP.MGI, de 27 de janeiro de 2025, que consolida as orientações expedidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e orienta as unidades de gestão de pessoas quanto à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas e a percepção cumulativa dos proventos e pensões decorrentes, por servidores, empregados públicos, aposentados e pensionistas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Portaria Conjunta n. 102/MGI.MF.CGU, de 19 dezembro de 2025
Altera a Portaria Conjunta n. 28/MGI.MF.CGU, de 21 de maio de 2024, que institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Portaria n. 11.384/MGI, de 23 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o regime de governança para destinação de imóveis da União.

Portaria n. 11.460/MGI, de 29 de dezembro de 2025
Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Ministério do Trabalho e Emprego

Resolução n. 1.032/CODEFAT.MTE, de 16 de dezembro de 2025

Dispõe sobre normas relativas à identificação, processamento e pagamento do Abono Salarial, nos termos do § 3º do art. 239 da Constituição Federal do Brasil e da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Portaria Consolidada n. 1/MTE, de 17 de dezembro de 2025
Regulamenta disposições relativas à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e aos sistemas, cadastros e estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ministério Público da União

Portaria n. 843/PGR.MPF, de 22 de dezembro de 2025
Altera a Portaria n. 473/PGR.MPF, de 27 de maio de 2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença física dos membros do Ministério Público Federal nas sessões presenciais e híbridas de julgamento dos Tribunais perante os quais oficiem.

Poder Executivo

Decreto n. 12.783, de 19 de dezembro de 2025
Institui o Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular.

Decreto n. 12.784, de 19 de dezembro de 2025
Regulamenta a Lei n. 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária.

Decreto n. 12.785, de 19 de dezembro de 2025
Dispõe sobre mecanismos para promoção da circularidade de bens móveis, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto n. 12.797, de 23 de dezembro de 2025
Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026.

Medida Provisória n. 1.331, de 23 de dezembro de 2025
Autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

Decreto n. 12.800, de 26 de dezembro de 2025
Altera o Decreto n. 8.424, de 31 de março de 2015, o Decreto n. 8.425, de 31 de março de 2015, e o Decreto n. 12.527, de 24 de junho de 2025, para dispor sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Decreto n. 12.807, de 29 de dezembro de 2025
Atualiza os valores estabelecidos na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto n. 12.809, de 31 de dezembro de 2025

Altera o Decreto n. 8.533, de 30 de setembro de 2015, que regulamenta o disposto no art. 9º-A da Lei n. 10.925, de 23 de julho de 2004, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins relativo à aquisição de leite in natura, e institui o Programa Mais Leite Saudável.

Poder Legislativo

Lei n. 15.292, de 19 de dezembro de 2025
Altera a Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para dispor sobre o adicional de qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União.

Lei n. 15.293, de 19 de dezembro de 2025
Altera a Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Lei Complementar n. 224, de 26 de dezembro de 2025
Dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União; estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa; e altera as Leis Complementares n.s 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), 105, de 10 de janeiro de 2001, e 215, de 21 de março de 2025, e as Leis n.s 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Presidência da República

Portaria n. 206/SG.PR, de 23 de dezembro de 2025
Convoca a 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

TST

Ato Conjunto n. 86/TST.CSJT.GP.SG.SEOFI, de 23 de dezembro de 2025
Abre crédito suplementar em favor de Tribunais do Trabalho no valor que especifica.